

Produtor do DF terá Cr\$ 212 mi

JORNAL DE BRASÍLIA

10 ABR 1991

Hugo Marques

O Distrito Federal vai receber este ano Cr\$ 212 milhões para aplicar em assistência técnica aos produtores rurais. O convênio foi assinado ontem com o Ministério da Agricultura e os recursos serão aplicados principalmente na redução do espaçamento entre partos bovinos, que no DF fica em média 20 meses, sendo que a média em países desenvolvidos é de 15 meses. O Ministério repassou Cr\$ 13,7 bilhões a 20 Estados, ontem.

O presidente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal (Emater-DF), Waldir Marques Giusti, que assinou o convênio, disse que estes recursos são expressivos, pois serão aplicados principalmente em cursos para os produtores e no aparelhamento físico da empresa.

O Distrito Federal vai ser beneficiado também com os recursos conveniados entre Goiás e o Ministério da Agricultura. Isto porque grande parte dos Cr\$ 978 milhões recebidos por Goiás vai ser aplicada na região do Entorno do DF, que já começa a produzir leite e grãos.

Waldir Marques Giusti disse que os agricultores irão aprender como reduzir o tempo entre os partos de vacas. A Emater vai investir principalmente no ensino de como alimentar as vacas, pois isto é o principal fator de redução deste tempo. O presidente da Emater acredita que a maioria dos oito mil agricultores do DF vai ser beneficiada.

Os recursos do convênio são liberados assim que o documento é assinado. Ontem foi liberado 50% do dinheiro, sendo que o restante é liberado em

prestações.

Cabrera

Ao todo foram liberados Cr\$ 13,7 bilhões, para 20 Estados. Este dinheiro deveria ter sido liberado no início do ano, segundo alguns secretários de agricultura, mas acabaram presos no plano de contingenciamento do Governo.

Durante a solenidade de assinatura dos convênios, o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, anunciou também a criação da Secretaria Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Cabrera anunciou ainda a redução do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no Mato Grosso do Sul, onde o governador Pedro Pedrossian diminuiu a alíquota sobre carne bovina e suína, feijão, mandioca e arroz, de 17% para 12%.